

DISCURSO MARISA MONTE
HOMENAGEM NA FACULDADE DE DIREITO DA USP, EM 21/07/2026

Muito obrigada. É muito emocionante para mim estar aqui hoje participando dessa cerimônia, dessa homenagem, na presença de meus colegas de trabalho, com quem a gente tem se apresentado por aí. Quero começar cumprimentando a todos, bom dia a todas, bom dia a todos. Eu quero começar agradecendo também a professora Anelisa Bechara, que idealizou esse encontro e que me concedeu essa homenagem.

Em seu nome agradeço aos professores, aos estudantes, aos funcionários. Aos amigos, aos artistas, ao reitor **Alúcio Segurado**. A vice-reitora **Liedi Bernucci**. E a toda a comunidade da Universidade de São Paulo. Por abrirem as portas dessa casa para a música, para a cultura, a arte. E que eles possam conversar com o direito. Entrar no Largo de São Francisco é atravessar uma parte da própria história brasileira. Essas arcadas guardam quase dois séculos de debates, disputas, esperanças e conquistas que ajudaram a construir o nosso país.

Quando cheguei aqui, senti o peso das instituições que atravessam gerações, porque não se limitam a contemplar o seu tempo, elas assumem responsabilidade sobre ele. Receber essa homenagem da faculdade é uma honra que me ultrapassa. E hoje eu não estou aqui apenas como artista, cantora, compositora e produtora. E sim, represento a cultura brasileira. Os compositores, os intérpretes, os músicos, os técnicos, os produtores, os escritores, os cineastas, os artistas visuais e todos aqueles que transformam a experiência humana em linguagem, em memória, em identidade e em sentido.

A cultura brasileira também construiu esse país. Construiu ao lado do direito, da educação, da política, lutando por liberdade e por justiça. Em muitos momentos, quando faltaram palavras à vida pública, uma canção deu voz ao que precisava ser dito. Quando a violência tentou apagar histórias, a arte preservou nomes, afetos e identidades. Quando o Brasil precisou se reinventar, recorreu à sua arte, à música, à literatura, ao cinema e às suas tradições populares.

Por esse motivo, a Faculdade de Direito da USP abre suas portas hoje a uma artista, que dá hoje o seu testemunho sobre a relevância do direito no dia a dia de sua atividade profissional. O direito nos conecta com todas as forças com as quais temos que lidar para colocarmos arte no mundo, intermedia as

relações humanas e empresariais, protege os mais fracos e busca equilibrar as forças e os poderes, organizando a sociedade. Todo artista precisa conhecer seus direitos, saber que existem leis que protegem suas obras. E a cultura tem o dever de dialogar com quem formula leis quando as leis vigentes já não são mais adequadas à realidade.

Minha relação com a USP não começa hoje. Sempre fui profunda admiradora dessa instituição e, em 1922, recebi a responsabilidade de atuar como embaixadora do programa USP Diversa. Assumi, então, a missão de promover e divulgar esse programa, mobilizar esforços, construir pontes, contribuir para a captação de recursos e para a conscientização da sociedade sobre a importância de apoiar estudantes cotistas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Como embaixadora, participei da criação do Fundo Patrimonial USP Diversa, concebido para captar recursos junto à sociedade civil. Hoje, o fundo está estruturado e ativo, dando continuidade a esse propósito essencial de ampliar oportunidades e garantir condições para que esses estudantes possam permanecer na universidade e desenvolver plenamente o seu potencial. Essa missão me deu a oportunidade de ampliar o compromisso que a USP me confiou, transformando uma política universitária de inclusão em uma verdadeira política de Estado, destinada a garantir condições de permanência estudantil nas universidades públicas brasileiras.

Assim, atuei diretamente na interlocução com o Poder Legislativo para a elaboração e a tramitação do Projeto de Lei 3.118, de 2024, transformado em lei pelo Congresso Nacional em junho de 2025, sancionada pela Presidência da República no mês seguinte e atualmente em fase de regulamentação. Essa nova lei garante condições para que os estudantes possam concluir sua graduação com dignidade promovendo a inclusão em sua dimensão mais profunda, duradoura e transformadora, que só a educação pode proporcionar.

Em junho de 1923, ao lado da professora Ludmila Jarr, criei o Espaço Imaginário Marisa Monte, no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo. Concebido para oferecer arte e bem-estar, o espaço reúne pacientes e acompanhantes, adultos e crianças, além de médicos e de mais profissionais do hospital em torno da música, da literatura e das atividades criativas. Ali, as pessoas podem conviver, trocar experiências, participar de oficinas e celebrar a vida, atenuando a dureza e as angústias inerentes à internação hospitalar.

A iniciativa nasceu dos muitos relatos que escutei ao longo dos anos sobre a capacidade da música de aliviar o sofrimento físico, emocional e psíquico. Por meio da imaginação, do sonho, da esperança, a arte pode reconectar as pessoas à vida e produzir transformações que muitas vezes se aproximam a verdadeiros milagres de cura. Tenho orgulho de dizer que, apenas no último ano, mais de 1.500 livros circularam pelos quartos de um hospital público. Crianças bordaram dentro da UTI. Instrumentos foram tocados ao vivo durante aulas de crochê. mães encontraram acolhimento e cuidado em uma rede de apoio espontânea, solidária e comovente.

Esse projeto, realizado através de doações privadas, é a prova viva da força, da arte e da filantropia. E hoje já está sendo replicado em outras instituições. Nos últimos 35 anos, tenho viajado pelo mundo levando música brasileira para todos os cantos. Ao cantar nos principais teatros e salas de concerto em países como Alemanha, Estados Unidos, Holanda, Inglaterra, França, Austrália e Japão, percebo o quanto a filantropia, aliada a boas políticas de Estado, é fundamental para o desenvolvimento da cultura, da ciência e da educação.

O Brasil precisa avançar muito no sentido de desenvolver um ambiente fiscal propício que incentive a sociedade civil a participar ativamente da construção do seu próprio destino. Dentre muitos momentos marcantes que tenho vivido na USP, cantar na Praça do Relógio, em 1924, foi para mim muito mais do que realizar um espetáculo. Ao lado da Orquestra Sinfônica da USP, sobre a regência do meu parceiro, maestro André Bachur. Participei da celebração dos 90 anos de uma instituição decisiva para a história do conhecimento, da democracia e da vida pública brasileira.

Diante de mais de 100 mil pessoas, entre estudantes, professores, trabalhadores da universidade e cidadãos vindos de diferentes lugares, senti a força extraordinária de uma comunidade conectada pela música. Em junho de 1924, a Universidade de São Paulo me concedeu o título de doutora honoris causa. Aprovada por unanimidade pelo Conselho Universitário. Em 90 anos de história da USP, a USP havia outorgado essa distinção a 123 pessoas. Fui a terceira mulher e a primeira pessoa da área da cultura a receber esse título.

Recebi essa homenagem não como uma glória pessoal, mas como um sinal dos tempos. Tempos nos quais a universidade se abre cada vez mais pra sociedade, tempos nos quais as mulheres têm mais oportunidades, tempos nos quais a força da arte é reconhecida e celebrada. E, sobretudo, como um

compromisso, o de afirmar que cultura e educação devem caminhar juntas dentro de uma universidade pública, porque compartilham da mesma missão, formar pessoas capazes de pensar com mais profundidade, sensibilidade e empatia para transformar o Brasil.

Há homenagens que celebram uma trajetória e há aquelas que, para além de reconhecer um percurso, nos reconduzem às nossas origens e nos lembram da responsabilidade que temos diante do nosso tempo. Uma responsabilidade que se torna ainda maior por estarmos aqui, porque essa não é uma faculdade qualquer. A Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo foi criada em 1827 por decreto do imperador D. Pedro I, em um dos primeiros gestos de afirmação intelectual da jovem nação brasileira recém-independente.

São quase dois séculos de história, duzentos anos, uma trajetória que praticamente se confunde com a própria vida do Brasil como país soberano. Por esses corredores passaram Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, Luiz Gama e treze ex-presidentes da República. Também passaram poetas que transformaram a língua portuguesa, como Castro Alves, Álvares de Azevedo, e que estudaram, produziram e se formaram nessa casa. Luiz Gama, aliás, recebeu o título de doutor honoris causa, antecedendo o meu em 2021, um reconhecimento póstumo que também sinaliza a mudança dos tempos.

Nascido na escravidão, ele tentou ingressar nessa faculdade em 1850, mas enfrentou forte resistência racial e não conseguiu matricular-se regularmente. Mesmo assim, frequentou as aulas como ouvinte, estudou de forma autodidata, aprendeu tudo em bibliotecas jurídicas e compreendeu, antes de muitos, que o direito deve ser um instrumento de libertação e que a arte e a justiça nascem da mesma raiz, a defesa inegociável da dignidade humana e do direito de sonhar.

Professora Nelisa, a senhora é a segunda mulher a dirigir essa faculdade em quase 200 anos de história. Em seu discurso de posse, afirmou ter aprendido que esse é um lugar repleto de vida e de esperança. É precisamente por isso que hoje essa casa abre suas portas à arte, que aqui tenho a honra de representar, porque também ela é uma força que nos faz sonhar com a vida e com a esperança. Eu cresci numa casa cercada de música. Não podia ver ninguém com um instrumento na mão sem me aproximar.

Em casa, os discos dos meus pais tocavam sem parar. Paulinho da Viola, Cartola, Nelson Cavaquinho, Clara Nunes e os Novos Baianos moldaram a minha escuta. Meu pai era diretor cultural da Portela. Entre o samba e a

infância, comecei a compreender que música não era apenas som. Era identidade, memória e pertencimento. Aos nove anos, ganhei uma bateria. Depois vieram o piano, o canto e o teatro. Na adolescência, ouvi muita música clássica, ópera, pop, reggae, rock, jazz e música africana.

Mas foi na música brasileira que encontrei a minha essência. Garimpava discos em ceibos, feiras, arquivos, museus e nas coleções da minha família. Eu queria saber tudo o que havia sido feito antes. Aos 18 anos, fui para a Itália estudar canto lírico. Foi lá, vendo o Brasil de fora e o Brasil dentro de mim, que compreendi com clareza quem eu era. Quanto mais distante estava do Brasil, mais o Brasil se tornava presente em mim. Cantava música brasileira todos os dias, e era justamente isso que as pessoas me pediam para cantar.

Foi então que eu tive certeza que minha voz só faria sentido se permanecesse profundamente ligada à minha cultura. O Brasil vivia a abertura política dos anos 80 e eu sentia que havia muito a fazer aqui. Decidi voltar ao meu país para participar daquele momento histórico de retomada da liberdade de expressão e de reconquista dos direitos civis. Voltei em um momento de profunda transformação. O Brasil respirava uma liberdade nova e a minha geração ocupava o seu espaço com intensidade.

Em pouco mais de um ano, passei do primeiro show ao lançamento do meu primeiro álbum. E, a partir dali, o mundo se tornou a minha escola. Aprendi tudo na prática, por meio da escuta, da disciplina, da curiosidade e do interesse permanente em compreender cada dimensão do meu ofício. Tive a sorte de encontrar grandes mestres, mestres fundamentais, que, como verdadeiros mestres, foram generosos e me ensinaram muito. Entre eles, Nelson Mota, André Midani e Leonardo Neto, que também me apresentaram grandes especialistas em direitos autorais, direito civil, direito tributário.

E esses encontros foram verdadeiras aulas e foram fundamentais para que eu construísse uma trajetória marcada pela consistência, pela autonomia, pela liberdade e pela responsabilidade. Minha caminhada começou pela voz e logo se ampliou. Vieram os músicos, os compositores, os arranjadores, os produtores como Arthur Lindsay, Tom Capone, Alessi Queira, Mário Caldato, além dos grandes parceiros da minha geração, entre eles Arnaldo Antunes, Carlinhos Brown, Nando Reis, Seu Jorge, Adriana Calcanhoto, e os mestres com quem pude trabalhar e aprender, como Paulinho da Viola, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Philip Glass, Ryuichi Sakamoto, Naná Vasconcelos, Cesária Évora, entre muitos outros.

Com o tempo, assumi também a produção musical. Passei a criar e produzir álbuns, não apenas para mim, mas para outros artistas, mergulhando no universo criativo de cada um deles. Foi nesse percurso que me aproximei ainda mais da velha guarda da Portela. Ali, compreendi que muitas canções corriam o risco de desaparecer, preservadas apenas na tradição oral e na memória dos grandes sambistas. A curiosidade em conhecer esse repertório transformou-se em compromisso.

Realizei uma verdadeira arqueologia musical, criei um grupo de pesquisa, entrevistei bambas em busca do repertório perdido e, a partir disso, produzi álbuns e um filme, o mistério do samba, como forma de preservar e transmitir uma das maiores riquezas culturais do nosso país. Sempre tive clareza de que a arte exige liberdade e autonomia, mas aprendi cedo que autonomia sem consciência, conhecimento e orientação jurídica é apenas uma ilusão. Ao produzir discos de outros artistas, eu me encontrava, ao mesmo tempo, no centro de decisões criativas e estratégicas.

Compreendi então que ser uma artista completa exige vários talentos além do dom musical é preciso conhecer o funcionamento do mercado se interessar pelos contratos, pela linguagem jurídica consultar especialistas no Brasil e no exterior compreender diferentes modelos de organização e de negociação e conhecer a história dos direitos e das leis que protegem nossas obras e os criadores é preciso entender porque determinadas regras existem como foram construídas e de que maneira se transformaram ao longo do tempo e que nada surgiu por acaso tudo é resultado do trabalho de gerações de artistas e de grandes juristas que se dedicaram a compreender a complexidade da vida a criar regras e interpretar as leis de modo a equilibrar as forças necessárias para que a arte pudesse chegar a um mundo com liberdade, justiça e segurança.

Além de ser criativa na música e na arte, procurei ser igualmente criativa nos modelos de negócio. Foi assim que criei meu próprio selo, a minha própria editora, e assim consegui manter a propriedade patrimonial de toda a minha obra, garantindo a preservação da minha independência e da minha autonomia, mantendo o controle sobre tudo o que criei. Cada passo que dava, minha relação com o direito tornava-se mais profunda e mais sofisticada. Com o tempo, tornei-me referência para a minha classe e essa também é uma das razões pelas quais eu estou aqui.

Conheço de perto o que acontece quando a consciência da importância do direito não existe. Conheci músicos e compositores extraordinários homens e

mulheres que criaram obras incríveis. Autores de canções que todo brasileiro conhece de cor, mas que ainda hoje vivem em condições de extrema vulnerabilidade. Por quê? Porque o direito ainda é inacessível para muitos. Porque o sistema foi construído, e em muitos aspectos ainda funciona, de maneira desfavorável a quem não tem informação, recursos ou poder.

Essa é uma questão de inclusão jurídica e de acesso, que, em sua essência, é também uma questão de justiça. A arte nasce como manifestação espontânea, como expressão livre e profunda da experiência humana. No entanto, muitos artistas populares brasileiros, especialmente os excluídos e periféricos, sempre permaneceram à margem dos mecanismos formais de proteção. E quando o direito não chega até eles, acaba funcionando contra eles.

Essas dificuldades sempre existiram, mas se tornaram ainda mais graves diante da profunda revolução tecnológica que estamos vivendo. A indústria musical, baseada em gravadoras tradicionais, cujo negócio era a comercialização de produtos físicos, se transformou em serviços digitais, comandados globalmente pelas big techs e pelas plataformas de streaming. Em mim. Hoje, reconheço que a minha voz ecoa além dos palcos e da música, e eu tenho o dever de zelar pelo patrimônio intelectual e cultural do meu país.

A revolução tecnológica dos últimos tempos impôs enormes desafios à defesa dos direitos autorais e à proteção dos criadores, perante a ganância das grandes corporações globais de tecnologia, que cresceram muito e rapidamente no vácuo de regulamentação. Tenho trabalhado muito na interlocução com instituições, com o Ministério da Cultura, com empresas brasileiras e internacionais, junto com artistas e ativistas da Associação Procure Saber e de sociedades de autores no Brasil e no exterior.

Vale lembrar que os direitos autorais, além de direitos constitucionais brasileiros, são cláusula pétrea, são também reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além disso, o Brasil possui uma legislação específica, a Lei 9.610, de 1998, que protege as chamadas criações de espírito. É uma lei importante, construída para seu tempo. E mais em 1998, não havia plataformas de streaming com alcance global, redes sociais com bilhões de usuários, nem empresas de tecnologia capazes de concentrar, processar e monetizar uma parcela tão ampla da produção intelectual da humanidade.

A lei precisa responder a essa nova realidade. Precisa reconhecer com clareza as atribuições, as responsabilidades das plataformas digitais e das big techs e exigir transparência, assegurar remuneração justa, reconhecimento para os criadores e impedir que a inovação seja construída às custas da injustiça e da exclusão. Ainda hoje, os músicos brasileiros que participaram de gravações não recebem pela execução de seu trabalho no mundo digital. Gravadoras ainda remuneram artistas baseadas em contratos assinados quando a música era comercializada em discos físicos, quando ninguém poderia imaginar o mundo como ele é hoje.

E, como se não bastasse, agora uma transformação ainda mais profunda está diante de nós, a inteligência artificial. Sem dúvida, essa inovação tecnológica pode ser uma extraordinária aliada da humanidade. Ao processar milhares de dados com velocidade infinita, pode ampliar possibilidades e abrir caminhos que ainda nem conseguimos imaginar. Ser contra a inteligência artificial seria tão inútil quanto ter sido contra a eletricidade, a fotografia ou a internet.

A inovação não deve ser impedida, mas inovação sem regras é território sem proteção. Nenhuma sociedade permitiria que milhões de automóveis circulassem sem legislação de trânsito, sinalização, responsabilidade ou critérios de segurança. Não criamos regras para impedir que os carros avancem, mas criamos regras para que avancem sem atropelar as pessoas. Com a inteligência artificial, o princípio deve ser o mesmo.

A tecnologia não pode ser tratada como uma força da natureza inevitável e imune à responsabilidade. Sistemas de inteligência artificial são desenvolvidos por empresas, treinados com obras criadas por pessoas, processados e colocados no mercado segundo modelos de negócio definidos. Onde a decisão com intenção de poder e lucro deve haver também transparência e responsabilidade. Por trás de cada comando, de cada imagem gerada, de cada música produzida por um algoritmo, existem centros de dados, processadores, redes de transmissão, cabos, minerais raros, energia elétrica e grandes sistemas de refrigeração.

Existem recursos hídricos consumidos e decisões econômicas que impactam o meio ambiente e afetam comunidades reais. O mesmo raciocínio vale para os data centers, que são as novas usinas da economia digital. A instalação de um data center não pode ser tratada apenas como um investimento privado ou como uma conquista tecnológica. É preciso um estudo de impacto que responda a perguntas como de onde virá a energia, quanta água utilizará,

qual o custo ambiental e social dessa instalação e quem pagará por essa conta.

Não podemos aceitar que o Estado brasileiro ofereça terra, água, energia limpa, incentivos fiscais e dados para que todo o conhecimento, o patrimônio intelectual, o lucro e o poder permaneçam concentrados fora do Brasil. E é aqui que entra a soberania digital. Soberania digital não significa fechar o Brasil ao mundo, mas rejeitar empresas estrangeiras ou imaginar uma autossuficiência impossível. Significa ter liberdade de escolha.

Um país soberano precisa saber onde estão os dados da sua população, quais leis os protegem, quem pode acessá-los e para que finalidades são utilizados. Precisa ter infraestrutura própria para áreas estratégicas, como saúde, educação, segurança, cultura, ciência e administração pública. Dados de brasileiros não são uma mercadoria qualquer. São parte do patrimônio do país. E hoje, os dados utilizados para treinar o sistema de IA generativa são coletados e explorados sem autorização, sem remuneração, sem reconhecimento, sem transparência e sem que seus autores saibam que participam involuntariamente da construção desses conteúdos.

Minha voz pode ser reproduzida, minha interpretação pode ser imitada, minhas composições simuladas, meu modo de cantar, minhas escolhas, minhas inflexões, minha identidade artística e minha personalidade podem ser utilizadas como matéria-prima para gerar algo que pareça meu, mas que não foi criado nem autorizado por mim, sem que eu possa decidir se quero ou não. A IA não revogou a lei do direito autoral nem a Constituição brasileira, mas funciona à margem de mecanismos legais.

O Brasil começou a enfrentar essa discussão com o projeto de lei específico em 23. O texto foi aprovado no Senado em dezembro de 24 e encaminhado à Câmara dos Deputados em março de 25, onde permanece sem perspectiva de votação. Debater uma matéria tão complexa exige compromisso, seriedade e rigor técnico. Enquanto o Congresso não decide, decidem as big techs, os contratos privados supraleais e prevalece a regra de quem tem mais força e poder econômico e político.

Precisamos de regras que garantam segurança para toda a sociedade, proteção para as crianças, que assegurem a transparência sobre as obras utilizadas no treinamento dos sistemas, mecanismos reais de autorização ou licenciamento, remuneração justa, proteção da voz, da da imagem e dos direitos da personalidade e responsabilização quando houver violação de direitos. O Congresso Nacional tem diante de si uma oportunidade histórica

de colocar o Brasil na vanguarda dessa discussão, resguardando a soberania e defendendo o direito dos brasileiros.

Por isso, falo hoje como artista para juristas, legisladores e estudantes, que a nossa cultura não é matéria-prima sem dono. É fruto de trabalho, é identidade, é patrimônio, é soberania. E não existe soberania tecnológica sem soberania cultural. E essa instituição, com seus 200 anos de tradição e importância na produção científica e na contribuição intelectual do país. Tem um papel fundamental na busca de soluções que orientem políticas públicas que possam contribuir para o desenvolvimento da sociedade e do Estado brasileiro. Obrigado.

A nova reforma tributária também nos coloca diante de uma questão urgente. Como ficará o financiamento da cultura no Brasil? Com a substituição gradual do ISS e do ICMS pelo IBS, muitos dos mecanismos estaduais e municipais de incentivo que hoje sustentam orquestras, festivais, museus, patrimônio histórico e instituições culturais precisarão ser revistos. Ainda não sabemos com clareza, com a clareza necessária, o que ocupará esse espaço, nem como impedir que a simplificação tributária produza como efeito colateral o enfraquecimento da diversidade cultural brasileira.

Aqui, na presença do professor Heleno Torres, professor titular de Direito Tributário dessa faculdade, peço que a potência dessa instituição seja colocada a serviço da construção de uma transição que não deixa a cultura sem instrumentos, sem recursos e sem futuro. Estaremos sempre juntos nessa luta. Conto com vocês. Por todos esses desafios, agradeço mais uma vez pela oportunidade de estar aqui, falando para profissionais do direito, estudantes e para toda a comunidade universitária, e reitero a minha disposição de colaborar, usando minha voz, minha música, para inspirar, para despertar consciências e promover um mundo mais justo e igualitário.

A música tem o poder de nos unir, de nos lembrar da nossa humanidade compartilhada. Agradeço profundamente aos músicos e ao maestro que nos acompanham nesse dia tão importante. Agradeço também a minha equipe, Vick, Maria e Simon, por estarem sempre ao meu lado, tornando tudo possível. e continuarei a compartilhar a minha voz com paixão e autenticidade para que juntos possamos valorizar a arte, a educação e a cultura, construindo um mundo mais justo, mais sensível, inclusivo e solidário.

Bom, eu imagino que todo mundo aqui esteja esperando que eu cante alguma coisa hoje. Já falei bastante, mas eu gostaria mesmo... Muito obrigada. Mas eu gostaria mesmo de homenagear a música brasileira e de

convidar todos vocês para cantarem comigo, unindo as nossas vozes aqui dentro de uma faculdade de Direito, celebrando uma canção que sobrevive ao longo de mais de um século, geração após geração, no coração de todos nós, esse verdadeiro hino que diz muito da alma de todos nós brasileiros. Obrigado.